

continuação



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
Empresa em Recuperação Judicial | CNPJ: 04.895.728/0001-80



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **CELPA CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.** Em Recuperação Judicial, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas, e o correspondente relatório emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.012. Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises e documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” - Belém - PA. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações. **Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira:** A Companhia não obteve extratos junto às instituições financeiras ou outras documentações suporte para confirmação do saldo das rubricas de bloqueio judicial, valores a liberar e depósitos vinculados a litígios existentes em 31 de dezembro de 2012, impossibilitando-nos de concluir quanto à adequação desses saldos contábeis, no valor de R\$ 23.516 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto à adequada apresentação e registro das referidas rubricas nas demonstrações financeiras. A Companhia não registrou passivo atuarial dos planos de benefício pós-emprego, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no montante de R\$16.258. Consequentemente, o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados no montante de R\$16.258 mil. **Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2012 com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, devido à falta de evidência que comprovasse a continuidade das operações da Companhia, e consequentemente da incerteza da capacidade da Companhia em realizar seus ativos e liquidar seus passivos. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às posições patrimoniais naquela data. Como a posição patrimonial e

Administração da Companhia. Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes e no seu relatório, emitido em 03 de abril de 2.013, com exceção e abstenção e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Belém, 04 de abril de 2.013. Sérgio Passos Ribeiro, Renato Moritz, Paulo Roberto Franceschi, Vladimir Muskatirovic e Pedro Paulo da Cunha



edições



4009-7817